

Racismo no ambiente escolar^{[1][2]}

Querido(a) professor(a), você já pensou como o racismo pode estar presente no ambiente escolar? Sabia que diversas expressões presentes no cotidiano dos brasileiros são racistas? Para trazermos essas questões, precisamos entender como o racismo está consolidado na nossa sociedade. Vamos nessa?

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos nos referindo a práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto por relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, além do forte racismo repassado através dos livros e outros materiais didáticos (SAN'ANA, 2005 apud MUNANGA, 2005).



Fonte da imagem: <https://pt-static.z-dn.net/files/dd3/e4fddb3dab2332ae9c3c4a3a29d57ab.jpeg>. Acesso em: 04 set.2020

Em nossa sociedade, o potencial e as habilidades de pessoas negras, em geral, são subestimadas devido ao preconceito racial; e esta generalização se reflete na sala de aula. Segundo Silva (2005 apud MUNANGA, 2005), muitos professores nutrem uma baixa expectativa em relação à capacidade dos alunos negros e pertencentes às classes populares. As origens dessa perspectiva podem estar na internalização da representação negativa do negro nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a sua exclusão no processo produtivo desde o período pós-escravidão, estendendo-se à atualidade. Isso influencia fortemente a socialização das crianças, pois a não-negra aprende e reproduz atitudes e valores preconceituosos, reafirmados pela linguagem verbal. Por outro lado, a criança negra é impactada pelo discurso da marginalização e da exclusão, o que pode conduzi-la ao desinteresse pelos estudos, à repetência e à evasão escolar, por exemplo.

O preconceito racial já está tão internalizado em nossa cultura que, por vezes, é pouco evidente para muitos estudantes e profissionais no interior da escola. Estes modos de violência se manifestam de forma velada. Constantemente, a criança negra é atingida por palavras e piadas

não neutras na convivência com colegas e educadores. Diversas expressões racistas presentes no cotidiano dos brasileiros são reproduzidas no ambiente escolar (GOUVEIA, 2005 apud COQUEIRO, 2008). É comum escutar, por exemplo, “amanhã é dia de branco”, “a coisa tá preta” ou “denegrir”. Podem parecer simples “vocábulos”, “brincadeiras” ou “só jeito de falar”, mas essas palavras ofensivas contribuem para o processo de desqualificação dos negros, reforçando no inconsciente coletivo a relação preconceituosa entre negritude e negatividade (MPDFT E SEJUS, 2020). Quando expressões racistas são constantemente naturalizadas e impregnam a sala de aula, o estudante negro é colocado em uma posição desconfortável de desvalorização ou invisibilidade – uma posição que não cabe a ele/a ou a qualquer outro/a aluno/a.



Imagem: D'AGOSTINHO, Toni. Obra 'Giz de cera cor da pele'. Disponível em: [https://livreparaprotestar.artigo19.org/wp-content/uploads/2020/07/05 Toni-DAGostinho_Giz-de-cera-cor-da-pele.png](https://livreparaprotestar.artigo19.org/wp-content/uploads/2020/07/05_Toni-DAGostinho_Giz-de-cera-cor-da-pele.png). Acesso em: 04 set.2020

Quando não é retratada nas ilustrações do livro didático e/ou ser limitada a papéis subalternos, a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolve um processo de rejeição de si e de seu grupo étnico/racial. Por vezes, os estereótipos e a representação parcial e minimizada da realidade conduzem a pessoa estigmatizada à construção de uma baixa autoestima e ao desprezo de seu assemelhado (SILVA, 2005 apud MUNANGA, 2005). A ausência de referência positiva na vida da criança e da família, observada no livro didático, no ambiente escolar e em outros espaços em nossa sociedade, deprecia e fragiliza a identidade da criança negra. Frequentemente, ela chega à fase adulta sem reconhecer o valor atrelado à especificidade de seus atributos físicos e à sua origem racial, o que a prejudica de diversas formas em sua vida cotidiana (ANDRADE, 2005 apud CLASTO E TONIOSSO, 2018).

É comum que em escolas confessionais, da rede privada de ensino, as crianças sejam educadas com base em princípios religiosos, por vezes, avessos à diversidade religiosa e à riqueza das diferenças culturais. A predominância de determinadas religiões cristãs na educação escolar,

a exemplo do catolicismo e protestantismo, que podem se manifestar contrárias à apreciação histórica e cultural das diversas religiões, tem contribuído para o estranhamento e hostilização da fé aprendida pela criança no seu grupo familiar e cultural, sobretudo ao se tratar de religiões de matriz africana. Isto pode torná-la confusa e, até mesmo, contribuir para que ela internalize a imagem negativa que a escola oferece sobre sua religião de origem. A religião é um aspecto de foro íntimo (SILVA, 2005 apud MUNANGA, 2005). O Estado brasileiro é laico; e não cabe ao educador que atua na escola pública impor a sua religião aos seus alunos. Segundo Silva (2005 apud MUNANGA, 2005), isto consiste em uma violência simbólica, sobretudo quando os grupos sub-representados não têm poder para garantir visibilidade aos seus significados culturais nos currículos e materiais didáticos.

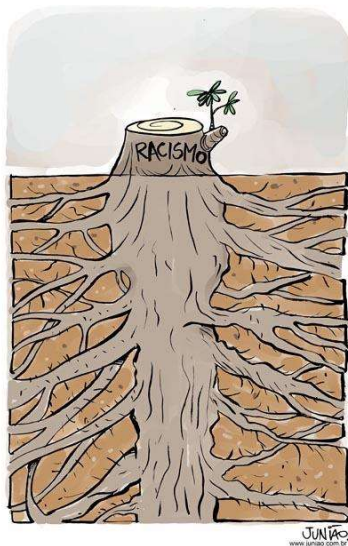


Fonte da imagem: https://4.bp.blogspot.com/-OaXBUmFi_oE/UU-ggEJv5bI/AAAAAAAAACls/cbrymJb6rug/s1600/discriminação+nas+escolas.jpg. Acesso em: 03 set. 2020.

O racismo no ambiente escolar é uma das mais perversas formas de violência cotidiana em nosso país. Ele evidencia o contraste entre o papel que a escola deve desempenhar para enfrentar este problema e a reprodução de estigmas por narrativas e práticas adotadas nas instituições de ensino, pautadas em referências etnocêntricas (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005 apud MUNANGA, 2005) permeadas por preconceitos que reproduzimos (in)conscientemente. A falta de preparo de educadores para lidar com as manifestações de discriminação resultantes da convivência problemática com a diversidade é reflexo do mito brasileiro da democracia racial (MUNANGA, 2005).

O preconceito racial é uma estratégia ideológica, produzida por algumas culturas para justificar e legitimar a dominação exercida sobre outros povos. É preciso responsabilizar não apenas o sujeito que reproduz individualmente o racismo, mas todos os demais elementos (instituições, grupos, sistema econômico, políticas etc.) que o reafirmam continuamente na

sociedade à qual esta pessoa pertence. O problema do racismo não se extingue ao garantirmos acesso da população à educação formal; e ao argumentarmos contrariamente a ele, recorrendo à esfera intelectual, apoiados na razão. É preciso ressignificar o imaginário social e as representações coletivas estigmatizantes atribuídas às populações negras e indígenas em nossa sociedade; e rever a forte carga afetiva e emocional negativa atribuída a estas representações (MUNANGA, 2005).



Fonte da imagem: <https://guiadoestudante.abril.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2016/12/redacao-racismo.jpg?quality=100&strip=info&resize=680,453>. Acesso em: 04 set.2020

Referências:

CLASTO, Daiana da Costa; TONIOSSO, José Pedro. Discriminação racial: reflexos no processo de ensino-aprendizagem e na construção identitária do aluno. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro SP, 5 (1): 129-149, 2018. Disponível em: unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/68/12042018175056.pdf. Acesso em: 26 ago.2020.

COQUEIRO, Edna Aparecida. A naturalização do preconceito racial no ambiente escolar: Uma reflexão necessária. In: *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense - Produção didático-pedagógica*. Cadernos PDE v. II. Curitiba: Governo do Estado do Paraná. 2008, 37p. Disponível em: <https://escoladigital.org.br/odas/a-naturalizacao-do-preconceito-racial-no-ambiente-escolar-uma-reflexao-necessaria>. Acesso em: 26 ago.2020

HENRIQUES, Ricardo e CAVALLEIRO, Eliane. Prefácio à 2ª edição (2005). In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed. Revisada (p.11-13).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT); SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL (SEJUS). *O racismo sutil por trás das palavras*. Brasília, 2020. Cartilha. 31p.

MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed. Revisada (p.15-20).

SAN'ANA, Antonio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed. Revisada (p.39-68).

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed. Revisada (p.21-37).

(Sugestão: Esta sessão poderia ser apresentada em um quadro colorido, destacada do texto, antes de darmos seguimento aos demais itens do capítulo)[3] **A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA DE RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO;**

Similar a outras formas de violência física e psicológica, o racismo é crime, ainda que não produza evidências imediatas ou visíveis. Ele causa um acentuado sofrimento psíquico; provoca graves danos psicológicos às crianças e adolescentes; e repercute de forma permanente em suas experiências de vida e subjetividades. O racismo na infância acentua outras formas de vulnerabilidade e violações de direitos. Ele contribui para que jovens negros/as manifestem em seu comportamento a rejeição e insatisfação com o próprio corpo, por vezes, buscando anular seus traços de pertencimento racial; manifestem insegurança em situações com as quais já possuem competências para lidar; e sejam tratados como seres humanos de “segunda classe”. Outros sinais atrelados à vivência do racismo por crianças e adolescentes são a dificuldade de expor sentimentos e experiências, de “se expressar criativamente nas brincadeiras, (e) rompantes de agressividade que expressa(m) uma raiva violenta e aparentemente não-provocada”. A naturalização do racismo em nossa realidade necessita ser compreendida relacionada aos altos índices de assassinato de jovens negros; ao predomínio de negros na população carcerária brasileira; e à maior exposição de crianças negras a situações de vulnerabilidade (MP-PE, 2015, p.7).

A Lei 13.046, promulgada em 1º de dezembro de 2014, obriga as entidades e instituições a incluírem profissionais que sejam habilitados para reconhecer e reportar maus-tratos cometidos contra crianças e adolescentes. Além disso, estabelece a comunicação compulsória do racismo para profissionais e entidades que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA), a exemplo dos Conselheiros Tutelares. Enfrentar a discriminação racial é considerada uma obrigação ética e jurídica dos diversos atores sociais que fazem parte do SGDCA - o que inclui a população em geral e a comunidade escolar. O efeito psíquico do racismo sofrido por crianças e adolescentes necessita ser visto como uma modalidade de maus-tratos para garantirmos o cumprimento desta lei (MP-PE, 2015).

✓ Professor/a, para saber um pouco mais sobre como funciona a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente vítima de racismo, preconceito e discriminação, consulte a cartilha: CEDECA/BA. *Fluxos de Atenção à Criança e ao Adolescente vítimas de Violações de Direitos do Município de Monte Santo/BA*. 1ª ed. Salvador: CEDECA/BA, dez. 2014, 2018, 63p.: il. (p.39-44).

Referências:

Ministério Público de Pernambuco (MP-PE). *Vamos falar sobre o racismo na infância?* Informativo do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Discriminação Racial - GT Racismo. Recife: n.37, Edição especial. 2015. 8p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjoxJOetbnrAhXWF7kGHUuwBt4QFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.mppe.mp.br%2Fmppe%2Ffiles%2F%2FGT-Racismo%2FInformativo_GT_n_37.pdf.pdf&usg=AOvVaw3_RewW-tmvvmJhoqsl17FQo. Acesso em: 26 ago.2020

- Colocando em prática:

1. Qual o objetivo da discussão sobre o racismo no ambiente escolar com os/as estudantes?

O objetivo de discutir sobre racismo na escola é problematizar como o preconceito racial está consolidado na nossa sociedade; identificar como ele é reproduzido no ambiente escolar; e estimular a reflexão sobre estratégias e ações que contribuam para o seu enfrentamento, dentro e fora da sala de aula. Além disso, reafirma a importância de valorizarmos a diversidade étnico-racial e cultural no processo de ensino-aprendizagem e formação cidadã dos indivíduos. A discussão também incentiva o/a professor/a a uma reflexão crítica acerca do seu papel de educador/a e da influência do racismo sobre seus valores, expectativas e interação com os estudantes e demais profissionais no espaço social escolar.

2. Ao trazer essa discussão para sala de aula, o que se espera para os/as estudantes?

Ao discutirmos sobre o racismo no ambiente escolar, esperamos estimular no/a aluno/a uma visão crítica sobre o conteúdo verbal e não-verbal do seu material didático; e os valores relacionados a raça/cor, internalizados ao longo de seu processo educacional. O objetivo não é condenar autores e ilustradores, mas questionar as consequências políticas de uma descrição parcial e racista de nossa história e nosso cotidiano. Além disso, é possível estimular outras abordagens de conteúdos e do protagonismo de personagens historicamente invisibilizados.

Esperamos que o/a estudante reflita sobre o teor de outras narrativas que fazem parte do ambiente escolar, a exemplo do discurso e das condutas de professores, coordenadores e outros

profissionais da escola, além de suas próprias palavras, ideias e atitudes. É importante problematizar com o/a estudante os (pre)conceitos nos quais estas narrativas se baseiam; e como as palavras e atitudes no dia a dia, dentro e fora da escola, podem contribuir para reproduzir estigmas e perpetuar as desigualdades existentes há tanto tempo em nossa sociedade.

3. Como trabalhar esse tema com os/as estudantes?

- Um passo fundamental para o enfrentamento do racismo, dentro e fora da escola, é reconhecer-se como alguém que traz consigo ideias preconceituosas, de forma consciente ou não; e ter disposição pessoal para refletir sobre o tema. Professor/a, explore estratégias que motivem este tipo de reflexão entre os/as alunos/as;
- A discussão sobre racismo deve envolver estudantes, colegas de profissão e demais trabalhadores que atuam no ambiente escolar. Professor/a, estimule os demais educadores, coordenadores, trabalhadores da limpeza, merendeiras etc. a identificarem traços do racismo no cotidiano escolar, como: 1) baixa expectativa dos educadores e outros profissionais na escola diante do aprendizado e rendimento de alunos negros e/ou pertencentes às classes populares; 2) reprodução de expressões e piadas racistas; 3) uso de material didático que negligencia ou estigmatiza o protagonismo de personagens históricos negros/as; 4) cultivo de valores morais, crenças etc. avessos à diversidade étnico racial e religiosa etc.;
- É possível aproveitar pedagogicamente as situações de discriminação, ocorridas dentro e fora da sala de aula, para discutir a diversidade e a sua importância para a formação escolar e cidadã dos/as estudantes. Professor/a, proponha ao/a aluno/a: resgatar experiências de racismo vividas e/ou testemunhadas na vida comunitária, no ambiente escolar, na família, nas redes sociais etc.; pensar sobre as consequências desta violência para a pessoa vítima de racismo; e identificar em sua cidade os dispositivos legais disponíveis para registrar a denúncia e garantir a responsabilização do/a agressor/a, como o Observatório do Racismo, Serviço Disque 100, Conselho Tutelar etc. Em seguida, discuta positivamente sobre as diferenças entre os sujeitos no ambiente escolar; e estimule o/a aluno/a a propor, junto com os/as colegas, estratégias para sensibilizar outras turmas sobre a diversidade e o enfrentamento da intolerância à diferença;
- A educação é uma ferramenta essencial para “questionar e desconstruir mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos” introjetados em nossa cultura (MUNANGA, 2005, p.17). O resgate da memória coletiva e da história das populações negras é importante para a formação dos alunos de todas as ascendências étnicas, pois nossa cultura, identidade nacional e riqueza econômica e social resultam da contribuição de diversas matrizes étnico-raciais, ainda que isto tenha ocorrido em condições desiguais. É possível explorar com os/as alunos/as os elementos

originários de diversos povos, presentes em nosso cotidiano; e a atribuição desigual de importância a eles em decorrência de valores racistas (MUNANGA, 2005).

- Professor/a, reflita sobre outras estratégias favoráveis ao enfrentamento do racismo na escola:

- 1) Problematize como a combinação de marcadores sociais da diferença (raça/cor, classe social, religião, orientação sexual etc.) constituem experiências de vida diversas. Estimule o respeito mútuo; valorize a diversidade; e promova a compreensão e aceitação do outro, com suas diferenças e necessidades nas tarefas propostas, dentro e fora da sala de aula;
- 2) Incentive os/as estudantes a pesquisarem sobre personalidades históricas e eventos marcantes na história da luta racial, no Brasil e no mundo;
- 3) Promova discussões e pesquisas sobre os conceitos de *cultura afro-brasileira* e *identidade negra*;
- 4) Incorpore a literatura de escritores negros, sob a forma de contos populares, poesias, ficções etc.;
- 5) Convide artistas, intelectuais, militantes, profissionais de diversas áreas negros/as para abordarem o racismo e suas experiências de vida a este respeito com os/as alunos/as em sala de aula;
- 6) Reflita criticamente sobre o racismo estrutural e problematize o mito da democracia racial no Brasil;
- 7) Sugira aos alunos assistirem a peças teatrais, animações e filmes de curta e longa metragem que abordem o racismo;
- 8) Encoraje a aproximação dos/as estudantes com movimentos políticos, grupos artístico-culturais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros atores sociais que militam contra o racismo em sua cidade; e fomente o debate sobre suas estratégias de protagonismo social;
- 9) Discuta com os coordenadores, diretores e demais educadores sobre as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, buscando incorporar o enfrentamento do racismo no Plano Político Pedagógico (PPP) da escola por meio de ações permanentes. Não se limite à lembrança de datas comemorativas.

Referências:

MIND LAB BRASIL. Blog Educador 360. Como Combater o racismo na escola. 12 nov. 2019. Disponível em: <https://educador360.com/gestao/racismo-na-escola/>. Acesso em: 03 set.2020.

MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed. Revisada (p.15-20).

4. Pensando vocábulos:

Professor(a), reflita com seus/suas estudantes o uso de nomenclaturas depreciativas e preconceituosas, como: “*amanhã é dia de branco*”, “*a coisa tá preta*”, “*denegrir*”, “*mulata*”, “*inveja branca*”, “*não sou tua nega*”, “*criado mudo*”, “*cabelo duro*”, “*samba de crioulo doido*”, “*um pé na cozinha*”, “*mercado negro*”, “*lista negra*”, “*magia negra*”, “*ovelha negra*” etc. Explore como estas expressões se constituíram e foram disseminadas alicerçadas no racismo. Em seguida, incentive os/as alunos a proporem termos substitutos; e analise outros conceitos como *diversidade*, *racismo*, *intolerância religiosa* etc.

5. Você sabia?

O Ministério Público do Estado da Bahia criou um aplicativo para que internautas registrem denúncias anônimas de racismo, injúria racial e intolerância religiosa ocorridos em nosso estado. A ferramenta oferece informações que auxiliam a identificar situações de teor racista e como proceder para registrar o fato junto ao Ministério Público. Além disso, permite ao usuário navegar pelo aplicativo sem precisar fazer uma denúncia. Os dados podem ser utilizados como fonte para pesquisa, desde que citada a fonte. Confira no link: <https://mapadoracismo.mpba.mp.br/>. Acesso em: 25 ago.2020.



6. Sugestões de leituras:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004. 37p.

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, [1952] 2008, 194p.

7. Sugestões de vídeos

CANAL PRETO. *O que é racismo recreativo*. 13 maio 2019. O vídeo com duração de 5'36" aborda o racismo por trás de comentários racistas entre escolares e em outros espaços da sociedade, o que é denominado racismo recreativo; e projetos de dominação racial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DGg6WolKgOs>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Racismo nas escolas – Racismo Institucional e Epistemicídio. 14 maio 2018. O vídeo possui duração de 8'53" e foi produzido por alunos de informática do 1º ano da turma de 2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Paulo Afonso. Aborda manifestações racistas individuais cometidas por professores e outros atores sociais (policial civil) em instituições de ensino (universidades e escolas); descreve os conceitos de Racismo Institucional e Epistemicídio e os seus efeitos na trajetória escolar de estudantes negros/as. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wT1UFWRnHFg>.^[4] Acesso em: 26 ago.2020.

8. Tá na rede

Perfil @falandoderacismo no instagram

<https://www.instagram.com/falandoderacismo/>